

## Intervenções psicoterapêuticas de grupo

Lisete Calef dos Santos

Unifesp

Estou muito agradecida pela oportunidade de estar aqui e fiquei muito satisfeita ao constatar que continua existindo espaço para iniciativas como essa, apesar das muitas perdas sofridas na saúde como um todo, devido à fragilidade das políticas públicas para o setor. Especificamente no campo das problemáticas graves da infância, e aqui estaremos falando das psicoses; precisamos criar referenciais clínico-teóricos de atendimento em saúde coletiva que incluam o vínculo com a família e com outras instituições, como a escola.

Nas várias experiências que pude acompanhar, foi possível perceber que é fundamental trabalhar sob uma perspectiva de ampliação do *setting*, do cuidado ambiental especializado. Não importa se estamos na comunidade terapêutica, no hospital-dia, no ambulatório de saúde mental ou em qualquer outro tipo de serviço, para realizar intervenções psicoterapêuticas de grupo é necessário criar uma espécie de rede em torno dos pacientes e de suas famílias, no sentido de possibilitar aderência às propostas.

Para evitar o desinvestimento, o que não é raro quando se trabalha com casos de maior gravidade, a equipe precisa criar mecanismos no sentido de não adoecer. Nesse sentido, a supervisão, o estudo e a pesquisa são elementos importantes para o trabalho em uma equipe multiprofissional.

O agrupamento, sob critérios definidos por cada equipe, conforme os objetivos que se pretende atingir, pode cumprir uma função estrutural, em termos de psiquismo, nos casos de psicose infantil. Prefiro nomear essas situações como agrupamentos, e não como grupos, para efetuar uma distinção da situação clássica de grupo terapêutico, que se dá junto a pessoas não psicóticas e que apresentam sua estrutura e dinâmica sob outras formas.

Podemos considerar que a criação do ambiente terapêutico adquire características particulares em cada proposta, mas que demanda sempre certas funções básicas da equipe, funções que estão vinculadas à idéia de maternagem, na medida em que o trabalho se dá com pessoas que ainda não atingiram uma base segura de estruturação interna.

Nesse espaço terapêutico, precisamos manter constância nos aspectos sensoriais, como espaço e tempo, e exercer funções de continência, *holding*, *reverie*, etc., que nos remetem muitas vezes a desempenhar o papel de maternagem, compreendido aqui para além da mera

satisfação no nível do real. Não se trata de transpor, de forma direta, aspectos da relação materna para a relação terapêutica. O que se faz necessário destacar é que essas crianças colocam na transferência questões pouco ou mal elaboradas de sua história, história da qual elas não se apropriam porque faltaram condições para que cada uma se tornasse um sujeito criador.

Há uma multiplicidade de elementos na nossa presença, ela traz a possibilidade de um ritmo, de uma sucessão de acontecimentos que se dá em vários tipos de encontro. Nesse espaço vivo, diversos níveis de comunicação podem estar presentes: o gesto, o contato físico, o banho de sons que podem criar a palavra, o espelho de se reconhecer e o espelho-olhar do “terapeuta-mãe”, onde é possível se encontrar.

Com a finalidade de ilustrar um pouco essas idéias, vou trazer recortes de sessões de um agrupamento terapêutico ambulatorial para crianças psicóticas, com faixa etária média de dez anos, do qual participei no Centro Comunitário de Saúde Mental – Parelheiros. Essa experiência foi tema da minha dissertação de mestrado, concluída em 1996 na PUC-SP. Esse agrupamento, que incluía a abordagem dos familiares, durou 16 meses e foi realizado por uma equipe multidisciplinar.

Situação 1: em uma das sessões, a partir do contato de uma das crianças com uma terapeuta, surge a idéia de desenhar o contorno de seu corpo em um grande pedaço de papel colocado no chão. Os outros vão aderindo e notamos que eles ficam bastante envolvidos com a atividade. Observamos que, ao se deitarem sobre o papel para que uma de nós efetue o desenho, ficam quietos, passivos. Parecem demonstrar que querem receber um contorno que não seja só no papel, mas sim algo que traga significado interno, uma espécie de tentativa de compor a própria subjetividade. Concluído o desenho, eles vão buscando por meio do olhar, de gestos e de palavras, respostas para questões como: “Eu sou assim?”, “Eu sou grande desse jeito?”, “Esse sou eu?”. Após essa experiência de reconhecimento, que envolveu a possibilidade de perguntar, de se procurar e de se achar, surge o desejo de colar os papéis na parede. Podemos captar, aí, a necessidade dessas crianças de se assegurarem de uma identidade própria, de sentirem a possibilidade de um contorno mais firme que aplaque a angústia constante de desmantelamento.

Percebemos a dimensão que adquiriu a vivência dessa atividade quando, na sessão seguinte, um dos meninos que tinha se ausentado na referida sessão mostrou-se atraído pelos desenhos quando entrou na sala. Começou a indagar o que era, onde estava o seu, por que não foi desenhado e logo foi solicitando uma de nós para ajudá-lo. O jeito dele chamou muito a nossa atenção. Tinha uma urgência para ser atendido, comunicando-nos de várias maneiras que realizar aquele “mapeamento” era algo fundamental para ele. Sua ansiedade foi dissipando-se à medida em que nosso gesto pôde ir definindo sua forma. Notamos nele manifestações semelhantes àquelas ocorridas com os outros e captamos um outro sentido nessa cena, que se relacionava com um sentimento de pertinência ao grupo, no seguinte sentido: “Eu também fui desenhado, portanto não há dúvidas de que eu sou um de vocês e que eu também pertença a este lugar”.

Parece-me interessante considerar aqui a noção de Eu-pele, desenvolvida por D. Anzieu. Para ele, essa noção é uma representação de que se serve a criança, durante fases precoces de seu desenvolvimento, para representar a si mesma a partir de sua experiência da superfície do corpo. O aparelho psíquico necessita constituir um envoltório que o contenha, que o delimite, que o proteja e permita trocas com o exterior. Toda atividade psíquica se estabelece sobre uma função biológica, o Eu-pele encontra seu apoio nas diversas funções da pele.

Destaco alguns aspectos das diversas funções que ele estabelece em um paralelo entre as funções do Eu e as funções da pele, correlacionando-os às minhas formulações, em uma tentativa de compreender o sentido dessa experiência grupal.

- a) O Eu-pele assegurando uma função de individualização do *Self* – no jogo do desenho havia uma preocupação quanto a certeza de poder se diferenciar enquanto indivíduo.
- b) O Eu-pele dando informações sobre o mundo externo e essa função estando apoiada no biológico e no social – no exemplo dado, o elemento grupo estaria representando a referência externa com todas as suas significações. Esse autor destaca que o grupo pode ter essa característica de envoltório.
- c) A função de manutenção do psiquismo através da interiorização do *holding* materno – a criação da brincadeira parece indicar que a relação terapêutica está propiciando um sentido de unidade interna.
- d) A função continente-contentor do Eu-pele que surge dos jogos entre o corpo do bebê e o corpo da mãe – o papel desempenhado pelos terapeutas que, por meio da brincadeira, escutam o que é solicitado e criam com “o lápis” o envoltório, o sentido de continuidade.

Gostaria, ainda, de ressaltar o aspecto de comunicação que ocorreu na situação terapêutica. O que muito nos impressionou foi o modo como esta se apresentou: em dois tempos e com pessoas diferentes. Em uma sessão, a articulação do jogo: o paciente consegue comunicar ao terapeuta aquilo de que ele precisa. Depois, na sessão seguinte, quando a criança ausente capta, no desenho que vê, um sentido, reconhece seu significado e passa a desejar também a vivência da experiência.

Aqui fica claro como há momentos em que o agrupamento cria a possibilidade de experiência compartilhada. Parece-me que o que mantém a ligação que suspende, de certo modo, o intervalo temporal, é a potencialidade terapêutica da situação e que estou compreendendo no sentido do que D. Winnicott chama de espaço potencial. Este não se localiza nem na realidade interna nem na realidade externa, origina-se no ambiente proporcionado pela mãe. Nesse espaço transicional, o bebê vive a ilusão de que existe uma realidade externa correspondente à sua capacidade de criar.

Sobre essa terceira área, Winnicott diz: “O espaço potencial entre o bebê e a mãe, entre a criança e a família, entre o indivíduo e a sociedade ou o mundo depende da experiência que conduz à confiança. Pode ser visto como sagrado para o indivíduo, porque é aí que este experimenta o viver criativo” (1967).

Situação 2: Conforme o grupo vai evoluindo, vão aparecendo algumas construções de jogo em que a referência a aspectos culturais fica bastante evidente. Temos, então, “a brincadeira de ônibus e a brincadeira de mercado”.

Na primeira, há uma fileira de cadeiras, o motorista, o cobrador e os passageiros. Há aspectos da realidade externa que se fazem presentes nessa brincadeira e eles são estimulados (essa estimulação é gerada pela própria brincadeira) a recorrer às próprias capacidades para responder certas questões como: “pegar o ônibus, descer no ponto, pagar e fazer o troco”. Vai encadeando-se uma rede de comunicação, constrói-se uma organização grupal e neste “sair de casa, andar lá fora”, percebemos neles a possibilidade de passar de uma situação de alienação para um lugar próprio de sujeito que tenta se reordenar na relação com o mundo externo. Por meio do brincar, esses meninos comunicam-nos sua esperança, e sabemos como ela é necessária para viver, não o viver de um modo qualquer, mas o viver criativo.

Na brincadeira do mercado, ocorrem situações semelhantes e observamos como, às vezes, é tênue o limite entre a apreensão simbólica e a apreensão real do objeto, quando, por exemplo, uma criança hesita diante da caixinha de sucrilhos, não sabendo muito bem se come ou se aceita que é um brinquedo. São jogos

coletivos que demandam uma certa organização grupal. Esta implica uma aceitação da troca de papéis – não ser o dono das coisas o tempo todo – na utilização da linguagem adequada para ser entendido, na compreensão de certos códigos, como nome das coisas e valor dos produtos. Destaco, aqui, a importância do aspecto institucional, no sentido de que ele representa uma estrutura sociocultural capaz de legitimar essas experiências, experiências que ganham significado no campo transferencial, visto aqui de modo ampliado.

Esses recortes de sessões pertencem a uma fase mais evoluída do agrupamento. No início, deparamo-nos com situações de difícil manejo, dada a fragilidade psíquica dos indivíduos. Nossa presença era necessária para intermediar contatos, fazer “traduções”, conectar falas, às vezes funcionando como uma espécie de escudo protetor entre eles.

Gradativamente, foi instalando-se um “clima” mais ameno, os ruídos diminuíram, a agressividade aplacou-se, a destruição de objetos deu lugar a atividades mais construtivas. O agrupamento foi criando sua própria cultura e seus códigos de funcionamento, ainda que de forma bem rudimentar, de acordo com as possibilidades dessas crianças. A instabilidade interna deles é tão acentuada, que notamos, ao longo do processo grupal, o uso de objetos autísticos, objetos auto-eróticos e, às vezes, a possibilidade de utilizar os objetos enquanto objetos transicionais e brinquedos.

Espero ter oferecido, neste restrito espaço de tempo, algumas idéias sobre a possibilidade de investir na diversificação de abordagens para os problemas graves da infância, acreditando que a abordagem grupal pode, não exclusivamente, ser uma alternativa de atendimento com benefícios para o paciente e para a equipe.